

QUANDO O ESTADO EMPODERA AS MULHERES: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA

RAÍSSA OLIVEIRA SILVA¹; HEMERSON LUIZ PASE²

¹Universidade Federal de Pelotas – raissaoliveirasilva@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – hemerson.pase@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família - PBF foi criado em 2003 e é um programa de transferência de renda que tem beneficiado milhares de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza¹ em todo o Brasil. Através do entendimento enquanto preferência do programa, tem-se que pelo menos 93% dos cadastros são feitos no nome das mulheres, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e é essa a questão basilar da investigação aqui proposta. O presente trabalho tem como objetivo evidenciar os efeitos sociais, econômicos e políticos do cadastro ser feito no nome das mulheres, considerando a fundamentação dessa inclinação à posse do cartão. A hipótese central do trabalho é que ao deixá-las como responsáveis quanto ao uso do benefício, essas passam a dispor de determinada autonomia, portanto também é um dos objetivos deste dar visibilidade ao empoderamento individual das beneficiárias.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho se constitui a partir de uma revisão bibliográfica de obras que tratam os temas anteriormente citados, tendo como principal intuito o cruzamento desses: o PBF, a questão de gênero e o empoderamento feminino. Os dados secundários utilizados são oriundos da análise de pesquisas já concretizadas e, de uma maneira geral, essas informações se encontram em banco de dados, relatórios técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dada a condição histórica da mulher de subjugamento, a partir de John Stuart Mill podemos analisar a relação entre autonomia e gênero. Mill (apud. REGO; PINZANI, 2013) aponta que as mulheres não somente são socializadas para servir aos homens, mas também socializadas a tomar gosto por servi-los.

As autoras da teoria política feminista evidenciam a questão da mulher ser educada para a vida doméstica e servilidade na esfera privada, excluindo-as da esfera pública, enquanto o homem é protagonista de ambas – na pública, no mundo do trabalho e na privada, enquanto provedor da casa e “chefe de família” (PATEMAN, 1989).

¹ Entende-se que a renda entre R\$ 77,01 e R\$ 15 por mês por pessoa se caracteriza como situação de pobreza. A renda de até R\$ 77,00 por mês por pessoa se caracteriza como situação de pobreza extrema, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A pesquisa feita a partir de entrevistas contida na obra “Vozes do Bolsa Família”, realizada por Walquiria Rego e Alessandro Pinzani, além de romper com várias ideias propagadas por grandes mídias e muitas delas no senso comum a respeito do Programa, aponta que o PBF tem um potencial emancipatório. “Seria um erro pensar que o BF se limita a garantir a sobrevivência de famílias destituídas e extremamente pobres (embora isso constitua um dos principais méritos)” (REGO; PINZANI, 2013).

A maioria das entrevistadas relatam o quanto positivo é ter a posse do cartão do PBF, pois passam a ter o direito de decisão sobre o dinheiro, onde deve ser gasto e em quais produtos, e declaram saber administrar as finanças melhor que seus maridos, pois, de acordo com as entrevistadas, eles “são incapazes de fazer compras adequadas às necessidades familiares ou gastariam o dinheiro em bebida” (REGO; PINZANI, 2013). Para além da questão de ter a liberdade de escolher qual o destino do benefício, é observado que o recebimento de uma renda mensal propiciou algumas mulheres a saírem de relacionamentos abusivos, nos quais muitas permaneciam por depender financeiramente. Nas falas das entrevistadas também é possível perceber que há uma maior participação na vida pública, principalmente com o ganhos de “crédito”, sendo esse não apenas tendo conotação econômica, mas também no que concerne a confiança e respeito recebidos (REGO; PINZANI, 2013).

Neste trabalho empoderamento é entendido como um mecanismo pelo qual os indivíduos ou organizações tomam controle de seus próprios assuntos e destino, assumem consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir (COSTA, 2000). Segundo Stromquist (apud. COSTA, 2000), o conceito de empoderamento deve abranger a questão cognitiva, psicológica, política e econômica, isto é, respectivamente, conscientização a respeito de sua condição, aprimoramento da auto-imagem, atuação e participação ativa na vida pública, e independência financeira. O empoderamento das mulheres representa um risco para as relações patriarcais, principalmente ao poder dominante dentro da família, que por via de regra é masculino.

A investigação de Rego e Pinzani é realizada na região do nordeste do Brasil, relacionada a mulheres muito pobres e submetidas a diversos tipos de dominação. Ainda que as beneficiárias entendam que o valor monetário do benefício não seja o suficiente para tirá-las da situação de pobreza, nem para solucionar a questão de gênero e condição da mulher, pode-se dizer que o recebimento de uma renda mensal dá início a um processo de empoderamento individual dessas.

4. CONCLUSÕES

Em geral, observa-se que o PBF, para além de ser uma política pública de combate a pobreza e extrema pobreza, tem se configurado também como uma ferramenta de emancipação e empoderamento individual das beneficiárias. A constatação é feita considerando que em determinada medida trouxe autonomia, propiciou a independência financeira de muitas, e consequentemente, promove a autoestima e auto-confiança nessas mulheres, o que resulta, em tese, de maneira atitudinal e subverte o quadro de submissão e servilidade.

É importante dar visibilidade para os avanços na conquista de direitos, em termos de autonomia; a facultação por parte do Bolsa Família de as mulheres agora poderem sair mais de casa e fazerem compras para a casa, e não mais passar o tempo exclusivamente pensando em como ter comida suficiente (REGO; PINZANI, 2013), assim como a oportunização considerável de as mesmas

estarem em vias de busca ao trabalho formal, desta forma amplia-se a participação feminina na vida pública.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), 2000.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Acessado em 4 jul. 2015. Online. Disponível em <http://www.mds.gov.br> .

PATEMAN, C. **The Disorder of Women**. Stanford: Stanford University, 1989.

REGO, W. L; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo. Editora: UNESP, 2013.